



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0323268-6

EMBARGANTE: ITAÚ UNIBANCO S/A
EMBARGADO: CENTER MOTOPARTS COMÉRCIO LTDA ME E OUTRO
ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO –
 PREQUESTIONAMENTO – QUESTÕES DEVIDAMENTE
 EXAMINADAS E DECIDIDAS – INEXISTÊNCIA DE VÍCIO
 QUE JUSTIFIQUE A OPOSIÇÃO DOS EMBARGOS –
 ACLARATÓRIOS JULGADOS IMPROCEDENTES -
 DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração na Apelação nº 0323268-6** em que figuram como Embargante **ITAÚ UNIBANCO S/A** e como parte Embargada **CENTER MOTOPARTS COMÉRCIO LTDA ME E OUTRO**. Os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: **"Por unanimidade, foram rejeitados os embargos, nos termos do voto do Relator"**. Tudo de acordo com o relatório, o voto e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 05 de junho de 2014.


Des. José Carlos Patriota Malta
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0323268-6

EMBARGANTE: ITAU UNIBANCO S/A

ADV: JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO PB005980

EMBARGADO: CENTER MOTOPARTS COMÉRCIO LTDA – ME E OUTRO

ADV:

ÓRGÃO JULGADOR 6ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

RELATÓRIO

ITAU UNIBANCO S/A, parte regularmente qualificada e representada, opõe Embargos de Declaração com esteio no art. 535, do CPC, objetivando o prequestionamento de uma série de matérias que serão objeto de uma futura discussão da sua tese em sede de recursos dirigidos aos Tribunais Superiores.

É o que se impõe relatar.

Recife, 30 de maio de 2014.

Des. José Carlos Patriota Malta

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
6ª Câmara Cível
Gabinete do Des. Patriota Malta

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO Nº 0323268-6

EMBARGANTE: ITAU UNIBANCO S/A
ADV: JOSIAS GOMES DOS SANTOS NETO PB005980
EMBARGADO: CENTER MOTOPARTS COMÉRCIO LTDA – ME E OUTRO
ADV:
ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

VOTO RELATOR

À luz do artigo 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração, como é cediço, têm seus limites delineados em lei, sendo inviáveis, inservíveis, se inexistirem, no aresto embargado, obscuridade, contradição, ou omissão de ponto sobre o qual deveria se pronunciar o Tribunal, mas deixou de fazê-lo, não se prestando, também, ao rejugamento da causa.

Nos ensinamentos do insigne J. CRETELLA JÚNIOR observa-se a seguinte lição: “os embargos declaratórios têm traço bem típico, pois não visam infringir ou alterar materialmente, a decisão contra a qual são opostos, mas apenas pretendem esclarecimentos, em razão de defeitos de linguagem (obscuridade), falha de raciocínio (contradição) ou distração (omissão) do julgador”.

Tenho que descabe a oposição de embargos de declaração com a finalidade de prequestionar a matéria.

Quando o Superior Tribunal de Justiça exige como condição de admissibilidade do recurso o prequestionamento, o faz para evitar que seja ferida a garantia do duplo grau de jurisdição.

Assim, a matéria deduzida em recurso especial já deve ter passado pelo crivo do tribunal inferior. Porém, tal não impõe que os julgadores tenham que fazer expressa referência aos artigos que são do interesse das partes em questionar, o que seria mais um entrave para a prestação jurisdicional que já não atende aos justos reclamos sociais de celeridade.

De ressaltar, que o prequestionamento da matéria, a teor das Súmulas 356 e 282 do STF, pressupõe, necessariamente, que tenha sido argüida pela parte nas razões de defesa e não analisadas na decisão embargada. Entretanto, se os fundamentos adotados pela decisão atacada bastam para justificar o acórdão, não está o Julgador obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte (RSTJ 151/229).

Não é o remédio processual adequado para alicerçar recurso da Tribunal superior.

Face ao exposto e não havendo o que declarar na decisão embargada, O VOTO É PELO DESACOLHIMENTO dos embargos declaratórios.

É COMO VOTO.

— Recife, 03/06/2014.
[Assinatura]